



A SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA EM “ISMÁLIA” DE EMICIDA: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL

Cleiton Liberato¹

Universidade de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental (PPGSDS), Garanhuns, PE, Brasil

Felipe Cazeiro²

Universidade de Pernambuco, Departamento de Psicologia, Garanhuns, PE, Brasil

Juliana Catarine Barbosa da Silva³

Universidade de Pernambuco, Departamento de Psicologia, Garanhuns, PE, Brasil

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar como a canção “Ismália”, de Emicida, expressa e denuncia as violências estruturais que impactam a saúde da população negra, com ênfase na experiência das mulheres negras. Trata-se de um estudo qualitativo, de natureza teórico-analítica, orientado por uma abordagem hermenêutico-crítica de produção cultural. O corpus da pesquisa foi constituído pela canção “Ismália”, em diálogo intertextual com o poema homônimo de Alphonsus de Guimaraens. A análise foi fundamentada em referenciais decoloniais e interseccionais, mobilizando categorias como raça, gênero, classe, sofrimento psíquico, necropolítica e resistência. Os resultados evidenciam que a obra de Emicida opera como um dispositivo crítico ao revelar que o adoecimento da população negra não se configura como fenômeno individual, mas como produto de determinações sociais historicamente construídas. Destaca-se que, no caso das mulheres negras, tais processos assumem contornos específicos, marcados pela articulação entre racismo, sexismo e desigualdades de classe. Conclui-se que a música analisada

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental (PPGSDS/UPE), cleiton.liberatos@upe.br e <https://orcid.org/0009-0004-2690-3723>

² Professor Adjunto da Universidade de Pernambuco. Credenciado no PPGSDS/UPE. Coordenador da Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva e Agroecologia (REMISCA). Conselheiro Titular do CRP-02. Tutor do Programa AFIRMASUS com projeto voltado a população quilombola, felipe.cazeiro@upe.br e <https://orcid.org/0000-0002-1225-2884>

³ Professora Adjunta do Curso de Psicologia da Universidade de Pernambuco (UPE). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental da UPE. Docente permanente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental com Ênfase no Cuidado do Usuário e da Família da UPE. Graduada em Psicóloga, mestre e doutora em psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco. juliana.catarine@upe.br e <https://orcid.org/0000-0002-1632-3424>



constitui um potente instrumento de denúncia e interpretação social, contribuindo para a compreensão crítica das iniquidades em saúde e para a valorização de epistemologias negras no campo da saúde coletiva

Palavras-Chave: Saúde da População Negra; Interseccionalidade; Racismo; Decolonialidade; Necropolítica

THE HEALTH OF THE BLACK POPULATION IN EMICIDA'S "ISMÁLIA": AN INTERSECTIONAL ANALYSIS

Abstract: This article aims to analyze how Emicida's song "Ismália" expresses and denounces the structural violence impacting the health of the Black population, with an emphasis on the experience of Black women. It is a qualitative, theoretical-analytical study, guided by a hermeneutic-critical approach to cultural production. The research corpus consisted of the song "Ismália," in intertextual dialogue with the homonymous poem by Alphonsus de Guimaraens. The analysis was grounded in decolonial and intersectional frameworks, mobilizing categories such as race, gender, class, psychic suffering, necropolitics, and resistance. The results show that Emicida's work operates as a critical device, revealing that the illness of the Black population is not an individual phenomenon, but a product of historically constructed social determinations. It is noteworthy that, in the case of Black women, these processes take on specific contours, marked by the articulation between racism, sexism, and class inequalities. It is concluded that the music analyzed constitutes a powerful instrument of denunciation and social interpretation, contributing to a critical understanding of health inequities and to the valorization of Black epistemologies in the field of public health.

Keywords: Black Population Health; Intersectionality; Racism; Decoloniality; Necropolitics

LA SALUD DE LA POBLACIÓN NEGRA EN "ISMÁLIA" DE EMICIDA: UN ANÁLISIS INTERSECCIONAL

Resumen: Este artículo analiza cómo la canción "Ismália" de Emicida expresa y denuncia la violencia estructural que afecta la salud de la población negra, con especial énfasis en la experiencia de las mujeres negras. Se trata de un estudio cualitativo, teórico-analítico, guiado por un enfoque hermenéutico-crítico de la producción cultural. El corpus de investigación consistió en la canción "Ismália", en diálogo intertextual con el poema homónimo de Alfonso de Guimarães. El análisis se fundamentó en marcos decoloniales e interseccionales, movilizandocategorías como raza, género, clase, sufrimiento psíquico, necropolítica y resistencia. Los resultados muestran que la obra de Emicida funciona como un



instrumento crítico, revelando que la enfermedad de la población negra no es un fenómeno individual, sino producto de determinaciones sociales históricamente construidas. Cabe destacar que, en el caso de las mujeres negras, estos procesos adquieren contornos específicos, marcados por la articulación entre racismo, sexismo y desigualdades de clase. Se concluye que la música analizada constituye un poderoso instrumento de denuncia e interpretación social, que contribuye a una comprensión crítica de las desigualdades en materia de salud y a la valoración de las epistemologías negras en el ámbito de la salud pública.

Palabras-clave: Salud de la población negra; Interseccionalidad; Racismo; Decolonialidad; Necropolítica

LA SANTÉ DE LA POPULATION NOIRE DANS L'« ISMÁLIA » D'EMICIDA : UNE ANALYSE INTERSECTIONNELLE

Résumé: Cet article analyse comment la chanson « Ismália » d'Emicida exprime et dénonce la violence structurelle qui affecte la santé de la population noire, en particulier celle des femmes noires. Il s'agit d'une étude qualitative, théorique et analytique, guidée par une approche herméneutique et critique de la production culturelle. Le corpus de recherche est constitué de la chanson « Ismália », en dialogue intertextuel avec le poème éponyme d'Alphonse de Guimaraens. L'analyse s'appuie sur des cadres décoloniaux et intersectionnels, mobilisant des catégories telles que la race, le genre, la classe, la souffrance psychique, la nécropolitique et la résistance. Les résultats montrent que l'œuvre d'Emicida fonctionne comme un outil critique, révélant que la maladie de la population noire n'est pas un phénomène individuel, mais le produit de constructions sociales historiquement réalisées. Il est à noter que, dans le cas des femmes noires, ces processus prennent des contours spécifiques, marqués par l'articulation du racisme, du sexisme et des inégalités de classe. Il ressort de cette étude que la musique analysée constitue un puissant instrument de dénonciation et d'interprétation sociale, contribuant à une compréhension critique des inégalités en matière de santé et à la valorisation des épistémologies noires dans le domaine de la santé publique.

Mots-clés: Santé des populations noires ; Intersectionnalité ; Racisme ; Décolonialité ; Nécropolitique

INTRODUÇÃO

Embora seja um direito garantido pela Constituição Federal, as ações de saúde ainda não alcançam a todos de forma equânime, contrariando os princípios da universalidade e da igualdade da assistência. Em um país



estruturado por profundas desigualdades sociais, o racismo e as relações de gênero operam como determinações centrais no acesso e na qualidade da atenção à saúde destinada à população negra. Não por acaso, estudos apontam assimetrias raciais persistentes em diversos indicadores, revelando que pessoas negras, sobretudo mulheres, seguem enfrentando maiores barreiras nos serviços de saúde (Goés *et al.*, 2011; Souza *et al.*, 2023).

Essas desigualdades evidenciam que a ausência de políticas verdadeiramente orientadas às necessidades da população negra não decorre de falhas administrativas isoladas, mas da permanência de uma lógica colonial que estrutura as instituições de saúde e regula quem é atendido, quem espera e quem é negligenciado. O racismo institucional, operando de forma silenciosa e cotidiana, afeta desde o acolhimento inicial até a realização de exames e procedimentos essenciais, ampliando vulnerabilidades e contribuindo para piores desfechos em saúde (Werneck, 2016; Oliveira *et al.*, 2019).

Nessa direção, é importante reconhecer que as relações raciais moldaram e seguem moldando as dimensões sociais, políticas e econômicas do país desde o período colonial. A escravização, a marginalização e a violência institucionalizada constituíram práticas estruturantes que negaram direitos básicos às populações negras, incluindo o acesso à saúde e à educação. A colonialidade, portanto, permanece como um sistema que organiza desigualdades e produz hierarquias, resultando na continuidade de injustiças que atravessam o corpo, a subjetividade e as condições de vida desses grupos (Feitosa *et al.*, 2021). A colonialidade, portanto, conforme Quijano (2005), afeta diversas dimensões como do saber, do ser e do poder.

Para além da dimensão racial, a colonialidade estabelece outras formas de classificação e opressão, operando também através do gênero e da classe social. No que tange a colonialidade de gênero, Lugones (2008) demonstra que o gênero é produzido de forma racializada e articulado a outras hierarquias.



Assim, ao pensar na realidade das mulheres negras, essas passam a ocupar um lugar de invisibilidade social, não sendo plenamente reconhecidas nem como mulheres nem como negras, o que as expõe a múltiplas violências (Cazeiro *et al.*, 2023).

Dialogando com Lugones (2008), Carla Akotirene (2019) afirma que a interseccionalidade deve ser compreendida como uma ferramenta teórico-política orientada à decolonização das epistemologias dominantes. Ao ser aplicada ao contexto brasileiro, essa perspectiva revela como racismo, sexismo e desigualdade de classe atuam de forma imbricada, estruturando as experiências de vida, saúde e adoecimento das mulheres negras. A interseccionalidade, portanto, torna-se fundamental para compreender as condições de saúde dessa população, evidenciando como determinadas vivências de sofrimento são moldadas por sistemas de poder historicamente produzidos.

Em consonância com esse debate, compreender a saúde da população negra, especialmente das mulheres negras, exige reconhecer as articulações entre raça, gênero e classe a partir da lógica colonial que ainda organiza a sociedade. Como argumenta Carvalho (2022), a fragmentação dessas categorias mantém invisíveis as experiências de grupos subalternizados; portanto, apenas uma abordagem interseccional e decolonial permite compreender a complexidade das desigualdades que atravessam esses corpos.

Diante dessa perspectiva, torna-se relevante analisar produções culturais que denunciam, confrontam e ressignificam as marcas da colonialidade. É nesse contexto que se insere a canção “Ismália”, de Emicida, lançada em 2019 no álbum *AmarElo*. Inspirada no poema simbolista de Alphonsus de Guimaraens, a obra é reinterpretada pelo rapper a partir de uma perspectiva negra e contemporânea. A Ismália de Emicida não é apenas uma personagem



literária revisitada, mas a representação simbólica da população negra que enfrentam, cotidianamente, o peso da exclusão, da violência e do silenciamento.

Ao reconstruir poeticamente o mito da queda, Emicida desloca a narrativa do campo do devaneio existencial para o campo da opressão histórica imposta à população negra: Ismália agora é a representação da população negra que não enlouquece por amor, mas sucumbe às pressões de uma sociedade que racializa, controla e adoecce corpos negros. Desse modo, o cantor transforma a obra em metáfora de resistência e denúncia, evidenciando as violências estruturais como o racismo, sexismo e desigualdade de classe que seguem produzindo adoecimento na vida das pessoas negras no país.

Nesse sentido, a canção torna-se um dispositivo potente para refletir sobre a saúde da população negra, compreendendo que saúde não se limita à ausência de doença, mas é também o resultado de processos políticos, sociais e subjetivos marcados pelas desigualdades raciais, de gênero e classe. Nesse sentido, a noção de dispositivo é mobilizada em diálogo com Foucault (1979), para quem o dispositivo pode ser compreendido como um conjunto heterogêneo de práticas, discursos e saberes que produz efeitos de verdade e organiza modos de ver, pensar e agir. Desse modo, a obra de Emicida opera como um dispositivo ao articular linguagem estética e crítica social, possibilitando a problematização das condições de vida da população negra. Assim, ao articular arte e saúde, este artigo busca compreender como “Ismália” denuncia as violências estruturais que impactam e adoecem homens e mulheres negras, contribuindo para uma leitura interseccional e crítica da saúde da população negra no Brasil contemporâneo. Inspiramo-nos em Leite Viana *et al.*, (2025) para pensar um caminho das artes como a música como conhecimento em contraposição à visão colonizadora dos saberes científicos, especialmente para práticas no campo da educação.



PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza teórico-analítica, orientada por uma abordagem interpretativa de produção cultural. Trata-se de uma investigação que busca compreender, a partir de uma perspectiva crítica, como elementos simbólicos e discursivos presentes em produções artísticas expressam e produzem sentidos sobre o processo saúde-doença, especialmente no que se refere à população negra. Essa abordagem insere-se no campo das análises qualitativas em saúde coletiva, que reconhecem a centralidade da cultura, da linguagem e das práticas sociais na produção de sentidos sobre saúde e adoecimento (Minayo, 2014).

O corpus da pesquisa foi constituído pela canção “Ismália”, do artista Emicida, em diálogo intertextual com o poema homônimo de Alphonsus de Guimaraens. A escolha do corpus justifica-se pela potência da obra em mobilizar dimensões simbólicas relacionadas à experiência da população negra no Brasil, especialmente no que se refere às intersecções entre raça, gênero, sofrimento psíquico e desigualdades estruturais. A música, nesse sentido, é compreendida como um artefato cultural capaz de produzir e tensionar significados sociais, sendo, portanto, um objeto legítimo de análise no campo da saúde coletiva.

A análise foi orientada por um referencial teórico decolonial e interseccional, ancorado nas contribuições de autoras e autores como Lélia Gonzalez, Carla Akotirene, Sueli Carneiro e Achille Mbembe. A noção de interseccionalidade foi mobilizada como ferramenta analítica para compreender a articulação entre diferentes marcadores sociais como raça, gênero e classe, na produção das iniquidades em saúde, enquanto o conceito de necropolítica permitiu analisar como determinadas populações são historicamente expostas a condições de vulnerabilização, sofrimento e morte.



Do ponto de vista metodológico, o estudo dialoga com abordagens que tomam a produção cultural e os discursos sociais como campos privilegiados de análise, compreendendo que tais narrativas expressam e reproduzem relações de poder, saber e subjetivação. Nesse sentido, aproxima-se da perspectiva adotada por Cazeiro, Leite e Costa (2023), que, ao utilizarem a Análise do Discurso Crítica articulada a uma revisão narrativa, evidenciam como processos de colonialidade se reproduzem nas dimensões do poder, do saber e do ser, produzindo efeitos concretos sobre a saúde e sobre a vida de populações historicamente marginalizadas.

A análise foi conduzida a partir de uma abordagem hermenêutico-crítica, que articula interpretação textual e análise teórica. Inicialmente, realizou-se uma leitura aprofundada da letra da canção, buscando identificar seus principais elementos simbólicos, metáforas e construções discursivas. Em seguida, esses elementos foram analisados à luz da literatura científica no campo da saúde coletiva e da saúde da população negra, estabelecendo um diálogo entre a produção artística e os referenciais teóricos adotados. Inspirando-se em abordagens discursivas críticas, a análise buscou identificar como determinados sentidos são produzidos, reiterados ou tensionados na obra, compreendendo a linguagem como espaço de disputa simbólica e política.

O processo analítico envolveu a identificação de núcleos de sentido presentes na obra, os quais foram posteriormente organizados em categorias analíticas conforme apresentado na Tabela 01. Essa estratégia permitiu compreender como a canção expressa, de forma simbólica e crítica, dimensões estruturais do adoecimento, evitando interpretações descontextualizadas ou meramente descritivas. Tal procedimento dialoga com a perspectiva de que os fenômenos em saúde não podem ser dissociados das condições históricas, sociais e discursivas que os constituem.



Por fim, no plano analítico, foram mobilizadas categorias previamente definidas. Nesse percurso, essas categorias não foram utilizadas de forma isolada, mas articuladas entre si, possibilitando compreender a complexidade das experiências analisadas. A categoria raça orientou a análise das desigualdades estruturais e do racismo institucional; gênero permitiu evidenciar as especificidades da experiência das mulheres negras; classe contribuiu para a compreensão das condições materiais que agravam as iniquidades; sofrimento psíquico possibilitou interpretar os efeitos subjetivos das violências estruturais; necropolítica foi mobilizada para analisar a gestão diferencial da vida e da morte; e resistência permitiu identificar as práticas de produção de vida e cuidado nos territórios negros. As categorias analíticas apresentadas na Tabela 01 resultam da articulação entre as categorias teóricas previamente definidas e os núcleos de sentido emergentes da análise da obra.

Tabela 1 - Categorias analíticas e núcleos de sentidos identificados na análise na Canção "Ismália"

Categoria Analítica	Núcleo de Sentido	Exemplo da música	Interpretação analítica
Racismo estrutural e produção das desigualdades em saúde	Desigualdade racial estrutural	"A felicidade do branco é plena / A felicidade do preto é quase"	Expressa a distribuição desigual de oportunidades e condições de vida, evidenciando o racismo como determinante estrutural do processo saúde-doença.
Racismo estrutural e produção das desigualdades em saúde	Limitação da mobilidade social	"Se até pra sonhar tem entrave"	Indica a restrição sistemática das possibilidades de ascensão social da população negra, impactando projetos de vida e saúde.
Racismo estrutural e produção das desigualdades em saúde	Violência estrutural cotidiana	"A pé, trilha em brasa e barranco"	Representa a precarização das condições de vida e o sofrimento social contínuo.



Necropolítica e gestão da vida e da morte	Necropolítica e violência de Estado	"80 tiros te lembram que existe pele alva e pele alvo"	Denúncia a produção de morte seletiva, evidenciando a exposição diferencial da população negra à violência letal.
Colonialidade e desumanização	Ruptura histórica e colonial	"Primeiro cê sequestra eles..."	Remete ao sequestro, escravização e ruptura de territórios e identidades.
Colonialidade e desumanização	Violência epistêmica	"Nega o Deus deles"	Expressa a deslegitimação dos saberes e das cosmologias negras.
Colonialidade e desumanização	Desumanização	"Rouba eles, mente sobre eles"	Indica a construção histórica da inferiorização da população negra.
Interseccionalidade e sofrimento psíquico	Subjetividade racializada	"Ela quis ser chamada de morena"	Revela estratégias de sobrevivência marcadas pelo embranquecimento simbólico.
Interseccionalidade e sofrimento psíquico	Sofrimento psíquico	"A dor profunda é que todo mundo é meu tema"	Indica que o sofrimento mental é socialmente produzido.
Representação e disputa simbólica	Espetacularização da dor	"A mídia gosta"	Denuncia a transformação da dor negra em consumo simbólico.
Representação e disputa simbólica	Produção de narrativas	"A dor profunda é que todo mundo é meu tema"	Indica a circulação de narrativas que não transformam a realidade.
Representação e disputa simbólica	Música como dispositivo	(análise teórica – Foucault)	A música opera como dispositivo que produz sentidos e tensiona estruturas sociais.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

COLONIALIDADE E AS REVERBERAÇÕES À SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

A colonialidade, conforme delineada por Aníbal Quijano (2005), constitui um padrão de poder que transcende o colonialismo formal e permanece organizado em torno da classificação racial, orientando as estruturas políticas, econômicas, epistêmicas e subjetivas do mundo contemporâneo. Nesse sistema, o homem branco europeu é instituído como referência de humanidade plena, enquanto pessoas negras, indígenas e demais grupos racializados são produzidos como "outros", situados nas bordas da existência social. Essa lógica de hierarquização se materializa em desigualdades profundas, impactando diretamente as condições de vida e saúde da população negra, que



segue enfrentando piores indicadores de mortalidade, adoecimento e acesso aos serviços de saúde. (Quijano, 2005).

Nego Bispo (2015) aprofunda essa crítica ao afirmar que a colonialidade não opera apenas no plano abstrato das ideias, mas se expressa concretamente na desorganização dos territórios, dos vínculos comunitários e dos modos de vida. A ruptura das relações entre seres humanos, natureza e espiritualidade gerou formas específicas de adoecimento que atravessam o corpo negro, como a violência ambiental, alimentar e espiritual que ainda afeta quilombos, periferias urbanas e outros territórios negros. Assim, a saúde da população negra deve ser compreendida também como inseparável dos contextos comunitários e territoriais destruídos pelo projeto colonial.

Nesse sentido, Maldonado-Torres (2007) amplia esse debate ao propor a colonialidade do ser, identificando que a desumanização do sujeito negro não se limita à exploração material, mas atinge a esfera ontológica, reduzindo sua existência ao “não ser”. Essa negação da humanidade tem efeitos diretos sobre os processos de adoecimento físico e mental, uma vez que corpos sistematicamente deslegitimados são expostos a violências múltiplas, como brutalidade policial, negligência em serviços públicos, desamparo estatal e sofrimento psíquico decorrente do racismo cotidiano. Assim, a saúde da população negra está intrinsecamente relacionada ao modo como sua existência é historicamente negada.

Diante da ideia demonstrada por Maldonado-Torres (2007), Paulo Freire (2020) contribui para discussão ao discorrer sobre a relação opressor–oprimido dando base para compreender essas dinâmicas. Para Freire, a opressão é um processo histórico que captura a humanidade dos oprimidos, produzindo subjetividades marcadas pela subalternização. No contexto da população negra, a desumanização freiriana encontra eco no racismo estrutural, que controla, disciplina e limita a vida de homens, mulheres,



jovens e idosos negros. Essa condição afeta diretamente a saúde, pois a opressão constante (institucional, simbólica e física) atua como determinação social que amplia vulnerabilidades e gera sofrimento.

Embora a saúde da população negra seja atravessada por múltiplas determinações estruturais, é fundamental reconhecer que tais processos não se distribuem de maneira homogênea. Nesse sentido, raça, gênero e classe operam de forma articulada na produção de desigualdades em saúde. Lugones (2008) identifica que a colonialidade de gênero impôs uma lógica binária eurocentrada que racializou e sexualizou corpos negros, criando hierarquias que impactam de modo diferenciado homens e mulheres negras. Homens negros foram historicamente associados à criminalidade e à força bruta, resultando em maior exposição à violência armada, ao encarceramento e à morte precoce. Mulheres negras, por sua vez, foram posicionadas como não humanas, submetidas à exploração, à deslegitimação de seus saberes e à violência sexual e institucional. Essas distinções evidenciam que a saúde da população negra não pode ser compreendida de forma homogênea, pois as experiências de adoecimento são moduladas por diferentes combinações de opressões. As desigualdades em saúde assumem contornos específicos quando analisadas a partir da experiência das mulheres negras, uma vez que a articulação entre racismo, sexismo e classe produz formas particulares de vulnerabilização, adoecimento e acesso aos serviços de saúde. Lugones complementa que:

Somente ao perceber gênero e raça como tramados ou fundidos indissolavelmente, podemos realmente ver as mulheres de cor. Isso significa que o termo “mulher”, em si, sem especificação dessa fusão, não tem sentido ou tem um sentido racista, já que a lógica categorial historicamente seleciona somente o grupo dominante – as mulheres burguesas brancas heterossexuais – e, portanto, esconde a brutalização, o abuso, a desumanização que a colonialidade de gênero implica (Lugones, 2020, p. 9-10).



Nesse sentido, Akotirene (2019) destaca que a interseccionalidade permite compreender como raça, gênero e classe se entrelaçam na produção de desigualdades em saúde, evidenciando que não se trata de categorias isoladas, mas de sistemas de poder que operam simultaneamente. No caso das mulheres negras, essa articulação resulta em experiências específicas de adoecimento, marcadas não apenas pela exposição ampliada às violências estruturais, mas também pela invisibilização de suas demandas no interior das políticas públicas e dos serviços de saúde.

Além disso, é possível compreender que as violências que as mulheres negras vivenciam no seu cotidiano, também se manifestam nas políticas públicas (e na sua ausência) bem como nos discursos biomédicos, os quais, muitas vezes, reproduzem epistemologias eurocêntricas que desconsideram os seus saberes e as experiências vivenciadas por essas mulheres. Como afirma Akotirene (2019), o racismo institucional e o sexismo epistêmico configuram-se como mecanismos de exclusão do conhecimento produzido a partir das margens, tornando urgente o reconhecimento das epistemologias negras e femininas como saberes legítimos.

Por fim, compreender as reverberações da colonialidade sobre a população negra exige reconhecer não apenas os processos de adoecimento, mas também as práticas de resistência, cuidado e produção de vida que emergem desses corpos e territórios. Como destaca Sueli Carneiro (2003), o racismo funciona como uma tecnologia de morte que tenta suprimir existências negras; contudo, é dessa violência que surgem sujeitos políticos profundamente conscientes de sua historicidade. Lélia Gonzalez (2020), por sua vez, demonstra que a experiência vivida das populações negras produz formas de interpretação do mundo e práticas de cura que desafiam a lógica colonial. Assim, as respostas produzidas por homens, mulheres e comunidades



negras constituem não apenas resistência, mas também a construção de futuros possíveis, nos quais saúde, identidade e dignidade caminham juntas.

ISMÁLIA DE ALPHONSUS DE GUIMARAENS E ISMÁLIA DE EMICIDA: CONTEXTUALIZAÇÃO

Para compreender a recriação proposta por Emicida, é necessário retomar o poema original de Alphonsus de Guimaraens, publicado em 1912. Na compreensão de Thomazini e Dantas (2017), Ismália é caracterizada como uma figura etérea, situada entre dois mundos (o céu e o mar), cuja loucura emerge do desejo impossível de ultrapassar limites simbólicos impostos pela realidade. A personagem inaugura, no imaginário simbolista, a imagem da mulher que se rompe pela tensão entre o devaneio transcendental e a impossibilidade de concretização de um amor idealizado. Assim, o poema constrói Ismália como corpo frágil, preso em um entrelugar que a conduz ao colapso.

Entretanto, quando Emicida reinscreve essa imagem na experiência da população negra brasileira contemporânea, ocorre um deslocamento radical. A “loucura” deixa de ser um delírio romântico para transformar-se em denúncia social: ela passa a expressar a brutalidade de existir em um país marcado por desigualdades estruturais, violência racial e apagamentos históricos. A torre, metáfora de isolamento no poema simbolista, pode ser interpretada como outra dimensão na obra de Emicida, a torre pode ser compreendida como símbolo dos lugares sociais aos quais corpos negros são constantemente empurrados: a margem, a periferia, a posição subalterna onde direitos são negados, sonhos são interditados e a própria vida torna-se alvo.

Mais do que uma releitura literária, Emicida executa um gesto político. É possível compreender que ele desloca a figura feminina do campo abstrato da loucura para situá-la no campo material da opressão vivenciada pela população



negra, Ismália agora representa uma população que vive há séculos sobre a negação de direitos. Enquanto a Ismália simbolista se desfaz pelo amor inalcançável, a Ismália de Emicida enquanto população negra, sucumbe ao peso das estruturas coloniais que moldam a existência negra, como a violência policial, a desigualdade, o sexismo, o racismo institucional e a precarização das condições de vida. Trata-se de uma transformação que coloca a experiência das pessoas negras no centro da análise e tensiona as camadas de sofrimento, resistência e adoecimento.

Nesse processo de recriação, é possível compreender que o cantor transforma o gesto de *“olhar para o céu”* no poema, ligado ao êxtase e ao devaneio, em metáfora da persistente busca por dignidade, pertencimento e reconhecimento negados historicamente à população negra no Brasil. A queda de Ismália, portanto, não é mais resultado da loucura individual, mas expressão coletiva de um corpo negro atravessado por raça, gênero e classe, cuja saúde é impactada diretamente pelas violências estruturais denunciadas pela interseccionalidade (Lugones, 2008; Akotirene, 2019).

Assim, compreender o diálogo entre o poema e a música é fundamental para criar caminhos possíveis de interpretação, podendo assim interpretar como Emicida converte uma narrativa simbolista em instrumento de crítica social, evidenciando que o adoecimento das pessoas negras não é fruto de tragédias individuais, mas consequência de uma sociedade que ainda opera sob a lógica colonial e racializada. É nesse ponto que a obra se torna um dispositivo potente para refletir sobre os efeitos da colonialidade e das desigualdades interseccionais na saúde da população negra, possibilitando uma leitura ampliada sobre sofrimento, resistência e denúncia.



“ISMÁLIA” DE EMICIDA E SAÚDE: POÉTICA NEGRA E DENÚNCIA SOCIAL

*“Com a fé de quem olha do banco a cena
Do gol que nós mais precisava na trave
A felicidade do branco é plena
A pé, trilha em brasa e barranco, que pena
Se até pra sonhar tem entrave
A felicidade do branco é plena
A felicidade do preto é quase”*

A escolha desta música como dispositivo de análise não se dá ao acaso, uma vez que a obra articula música, literatura, filosofia da existência e denúncia social, constituindo-se como um artefato da poesia negra contemporânea. Ademais, ao revisitar o poema de Alphonsus de Guimaraens, Emicida demonstra deslocar a tristeza da personagem original e a reinscreve na materialidade da vida negra brasileira, marcadamente atravessada por racismo estrutural, desigualdade social e violência de Estado. A canção transforma um símbolo de delírio amoroso em uma representação coletiva, pois ser negro no Brasil é experimentar diariamente os entraves que os atravessam, sendo esses entraves o resultado de um sistema construído para impedir que os corpos racializados “toquem o céu”.

Ao iniciar a canção, pode-se perceber que o eu lírico expressa, de forma simbólica, a expectativa histórica da população negra em relação à garantia de direitos. A metáfora do “gol na trave” possibilita sintetizar a experiência coletiva de negação de oportunidades, evidenciando como o racismo estrutural organiza o acesso desigual à vida digna. Nesse nível de análise, a música explicita dimensões do sofrimento social que atravessam a população negra, produzindo frustração, insegurança e precarização das condições de existência. Nesse contexto, a oposição entre “a felicidade do branco”, apresentada como plena, e “a felicidade do preto”, descrita como “quase”, explicita, com precisão poética, a estrutura desigual de oportunidades. Tal contraste revela um ordenamento social em que o sonho do branco é permitido,



enquanto o sonho do negro é constantemente tutelado, vigiado e, não raramente, interrompido pela violência, como expresso no verso: *"Se algum sonho ousa correr, cê para ele / E manda eles debater com a bala que vara eles"*. Esse recurso não se limita a um efeito retórico, mas materializa, no plano simbólico, séculos de produção de iniquidades que incidem sobre as vidas negras.

*"Olhei no espelho, Ícaro me encarou:
"Cuidado, não voa tão perto do sol
Eles num guenta te ver livre, imagina te ver rei"
O abutre quer te ver de algema pra dizer:
"Ô, num falei?!"*

Ao se olhar no espelho, o eu lírico encontra Ícaro como símbolo literário do voo ambicioso e perigoso. A advertência *"não voa tão perto do sol"*, contudo, remete à narrativa clássica do mito, na qual Dédalo adverte seu filho. Na releitura mobilizada por Emicida, essa referência demonstra funcionar como metáfora dos limites impostos aos corpos racializados, porque como menciona Emicida, *"Eles num guenta te ver livre, imagina te ver rei"*. Diante dessa ideia, é possível compreender que o "sol" que queima a Ismália de Emicida nesta releitura, é o racismo institucional, o sexismo, a violência policial e o ressentimento social diante da possibilidade da ascensão negra. Sendo isso a síntese da condição negra sob a necropolítica que o Estado opera, termo que ressoa nos trechos que denunciam a execução racializada, pois: *"80 tiros te lembram que existe pele alva e pele alvo"*.

A advertência dada ao eu-lírico, na releitura de Emicida, infere não apenas a consciência dos limites impostos aos corpos racializados, mas também a forma como esses limites operam como tecnologias de contenção da possibilidade de ascensão social. Essa tensão, entre desejo de voar e a força que empurra para baixo, encontra ressonância direta na crítica de Gonzalez (2020), que denuncia como o sistema colonial-racista institui barreiras historicamente projetadas para manter populações negras em



posições subalternizadas. Ao deslocar o pensamento para a realidade das mulheres negras, tais limites assumem contornos ainda mais violentos, pois articulam raça, gênero e classe para definir quais espaços podem ocupar e quais narrativas podem produzir sobre si mesmas. Assim, a impossibilidade de ascender socialmente não é fruto de incapacidade individual, mas de um ordenamento social cuidadosamente construído para controlar corpos negros e restringir suas trajetórias de vida, inclusive em dimensões que afetam profundamente sua saúde mental, emocional e física.

Diante dessa perspectiva, as contribuições de Lélia Gonzalez tornam-se fundamentais para compreender como a experiência das mulheres negras é marcada por processos históricos de desvalorização, objetificação e violência simbólica. Ao afirmar que a essas mulheres são atribuídas duas “profissões”, a doméstica e a “mulata”, a autora explicita como a colonialidade de gênero fabrica identidades funcionais à manutenção da ordem racializada. Nessa mesma direção, sua análise mostra que o ingresso de jovens negras na chamada “profissão de mulata” não decorre de uma escolha descontextualizada, mas de um cenário estrutural que restringe radicalmente suas possibilidades de mobilidade social (Gonzalez, 2020).

Trata-se de um mecanismo que sexualiza, desumaniza e mercantiliza o corpo negro feminino, naturalizando violações que impactam diretamente a saúde dessas mulheres, desde a perpetuação da violência sexual e psicológica até o constante desgaste emocional decorrente da objetificação. Ao articular isso à lógica apresentada por Emicida, evidencia-se que a população negra não enlouquece por fragilidade individual, mas por carregar as marcas de uma sociedade que insiste em transformar os seus corpos em espetáculo, serviço ou objeto; nunca em sujeito pleno.

Lélia Gonzalez (2020) compreende que, diante das barreiras impostas às mulheres negras que as impedem de mudar de posição social, muitas jovens



passam a identificar na chamada “profissão de mulata” uma possibilidade de mobilidade social. A análise da autora evidencia que o ingresso nessas posições não decorre de um desejo intrínseco pela exposição erotizada de seus corpos, mas de um cenário estrutural que restringe radicalmente suas possibilidades de ascensão. Tal interpretação encontra respaldo em estudos contemporâneos que demonstram como raça e gênero operam conjuntamente na produção de desigualdades sociais, limitando o acesso de mulheres negras à educação, ao mercado de trabalho e à proteção social (Oliveira *et al.*, 2019).

Diante de um sistema que lhes nega inserção digna e reconhecimento como sujeitas políticas, essas jovens passam a visualizar tais espaços como uma das poucas vias possíveis para minimizar a precariedade em que vivem. Nesse sentido, a “lavagem cerebral” mencionada por Gonzalez (2020) deve ser compreendida não como incapacidade individual, mas como efeito de uma estrutura social que naturaliza a subalternidade negra e transforma a exploração em possibilidade aspiracional. Esse processo está diretamente relacionado ao que a literatura denomina racismo estrutural e institucional, responsável por organizar hierarquias sociais e definir trajetórias desiguais de vida (Werneck, 2016).

Essa lógica aparenta ecoar na figura construída por Emicida: uma população que deseja ascender, mas é constantemente empurrada para abismos sociais historicamente produzidos, evidenciando como a violência simbólica molda sonhos, trajetórias e a própria percepção de futuro. No entanto, conforme aponta Gonzalez (2020), embora algumas poucas mulheres consigam mobilidade individual, a maioria é conduzida a trajetórias marcadas pela ampliação da vulnerabilidade, incluindo prostituição, exploração e uso de substâncias. Esses itinerários não configuram desvios individuais, mas expressões da colonialidade de gênero e raça que estruturam a sociedade



brasileira, produzindo impactos significativos sobre a saúde física e mental das mulheres negras.

Estudos recentes reforçam que a exposição contínua ao racismo, à objetificação e à precarização das condições de vida constitui um importante fator de sofrimento psíquico, contribuindo para o aumento de quadros de depressão, ansiedade e adoecimento mental entre mulheres negras (Silva et al., 2020). Assim, a análise de Gonzalez articula-se diretamente à compreensão de que o processo saúde-doença é socialmente determinado, sendo inseparável das estruturas de poder que produzem desigualdade, violência e exclusão.

Ao serem convertidas em mercadorias do desejo branco, essas mulheres vivenciam o esgotamento emocional, a violência sexual, a insegurança econômica e a instabilidade social como parte constitutiva de sua inserção no mundo. Assim, o alerta de Gonzalez (2020) reforça a centralidade de compreender a saúde da população negra como fenômeno inseparável das condições materiais impostas pelo racismo, conectando-se diretamente ao gesto de Emicida ao mostrar que Ismália enlouquece não por fragilidade, mas por carregar nas costas o peso de um país que oferece abismos como destino previsível às mulheres negras.

*“Ela quis ser chamada de morena
Que isso camufla o abismo entre si e a humanidade plena
A raiva insufla, pensa nesse esquema
A ideia imunda, tudo inunda
A dor profunda é que todo mundo é meu tema”*

Ainda refletindo sobre as especificidades vivenciadas pelas mulheres negras, as violências estruturais também operam no nível da subjetividade e da identidade, produzindo efeitos profundos sobre a saúde mental. Quando Emicida afirma que *“ela quis ser chamada de morena”*, isso pode ser entendido como uma estratégia de sobrevivência diante de um sistema que



historicamente desvaloriza a negritude, impondo processos de embranquecimento simbólico como forma de aceitação social. Nesse sentido, a tentativa de dissociação da identidade negra, expressa no trecho *“Ela quis ser chamada de morena / Que isso camufla o abismo entre si e a humanidade plena”*, revela o impacto do racismo na constituição da subjetividade, indicando como a negritude é historicamente associada à inferiorização e à exclusão. Tal dinâmica incide diretamente sobre a autoestima, o pertencimento e a forma como essas mulheres percebem seus próprios corpos e lugares sociais. Assim, a violência aqui representada não se limita à dimensão física, mas opera como um mecanismo estruturante da subjetividade, orientando modos de existir, sentir e sobreviver em um contexto marcado pela desumanização.

Nesse contexto, os efeitos dessas violências não se restringem ao plano simbólico, mas se expressam de maneira concreta nos indicadores de saúde, especialmente no que se refere ao sofrimento psíquico e à mortalidade. Dados do Ministério da Saúde evidenciam que, entre 2012 e 2016, adolescentes e jovens negras apresentaram maior risco de suicídio quando comparadas às brancas, alcançando, em 2015, um risco 36% superior e, em 2016, 20% maior. Esses números não podem ser compreendidos de forma isolada ou descontextualizada, mas devem ser interpretados como expressão das condições históricas e sociais que atravessam a vida dessas mulheres (Brasil, 2018).

Sob a perspectiva da determinação social da saúde, tais evidências indicam que o sofrimento psíquico não é um fenômeno individual, mas resultado de processos estruturais marcados pelo racismo, pelo sexismo e pela desigualdade social. Assim, o que se revela é a materialização de uma lógica necropolítica que, ao produzir subjetividades atravessadas pela negação, pela invisibilização e pela desumanização, amplia a exposição dessas mulheres a contextos de vulnerabilidade extrema, nos quais a própria vida se torna



precarizada por essa política de morte que se materializa na ausência de ações efetivas sobre a vivência dessas mulheres. Contribuindo para a discussão, Brasil (2022) expressa os impactos da desumanização provocada pelo racismo a vida das pessoas negras:

“O racismo causa impactos danosos que afetam significativamente os níveis psicológicos e psicossociais de qualquer pessoa. Geram efeitos que incidem diretamente no comportamento das pessoas negras que normalmente estão associados à humilhação racial e à negação, que podem levar diversas consequências, inclusive às práticas de suicídio” (Brasil, 2022, p.8).

Nesse contexto, é fundamental considerar as violências que incidem sobre as mulheres negras como uma dimensão estruturante do sofrimento psíquico, pois tais condições referem-se a um processo histórico de desvalorização, hipersexualização e negação de reconhecimento, que impacta diretamente a construção da autoestima, do pertencimento e das possibilidades de vínculo. Nesse sentido, configura-se como expressão do racismo e do sexismo, operando como fator de vulnerabilização em saúde mental, ao produzir sentimentos de isolamento, rejeição e invisibilidade social.

Nessa perspectiva, ao tentar sobreviver em um sistema que tem no racismo um de seus principais mecanismos de opressão, mulheres negras são continuamente afastadas de suas identidades, passando a experimentar processos de desumanização em múltiplas dimensões: no corpo, na linguagem, no trabalho e na saúde mental. Tais impactos não se restringem ao plano simbólico, mas se materializam em formas concretas de adoecimento, expressas em maiores índices de depressão, sofrimento psíquico, mortalidade materna, violência obstétrica e menor acesso aos serviços de saúde. A “*dor profunda*” evocada por Emicida, portanto, não se configura como mera



metáfora, mas demonstra ser um diagnóstico social, em consonância com o que aponta Lélia Gonzalez (2020, p. 58) ao descrever a vivência exaustiva da mulher negra no Brasil.

Ser mulher negra no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. Enquanto seu homem é objeto de perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro, desempregado é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares (Gonzalez, 2020, p.58).

Enaltecendo que o adoecimento das mulheres negras é real, o estudo de Martins e Santos (2023) compreende que a construção histórica da negritude na sociedade brasileira é marcada pela marginalização, opressão de gênero e preconceito racial, criando-se condições sociais e culturais que aumentam significativamente o risco de transtorno depressivo entre mulheres negras. Tal evidência confirma que os processos de desumanização, silenciamento e desvalorização da vida da mulher negra denunciados poeticamente em “Ismália”, não são apenas simbólicos, mas se materializam como formas de sofrimento psíquico e adoecimento real, exigindo atenção pública e política de saúde específicas.

No âmbito da saúde reprodutiva das mulheres negras, observa-se uma trajetória marcada por barreiras no acesso aos serviços de saúde. Góes et al. (2020), ao analisarem mulheres internadas em hospitais públicos após aborto em três capitais brasileiras, constataram que as mulheres negras apresentavam taxas significativamente superiores de relato de obstáculos, como demora no atendimento, dificuldade de transporte e medo de maus-tratos por profissionais de saúde. Das mulheres entrevistadas, 32 % delas



relataram barreiras no acesso no primeiro atendimento, enquanto 20,3 % das mulheres brancas tiveram alguma dificuldade.

Ademais, a mortalidade materna entre mulheres negras permanece como um dos indicadores mais contundentes das desigualdades raciais em saúde no Brasil. Entre 2017 e 2022, a razão de mortalidade materna nesse grupo alcançou 125,8 óbitos por 100 mil nascidos vivos, quase o dobro da registrada entre mulheres brancas (64,1/100 mil), revelando um risco 96% maior de morrer por causas maternas entre mulheres negras. Essa disparidade se mantém em todas as regiões do país e para diferentes causas obstétricas, demonstrando que não se trata de acaso, mas da atuação sistemática do racismo institucional (Silva et al., 2024).

*"Paisinho de bosta, a mídia gosta
Deixou a falha e quer migalha de quem corre com fratura exposta
Apunhalado pelas costa
Esquartejado pelo imposto imposta
E como analgésico nós posta que
Um dia vai tá nos conforme"*

Retomando à música, ao que parece, Emicida traz outra crítica referente as violências impostas aos corpos negros. O cantor para além de criticar as formas que o sofrimento é produzido estruturalmente contra os corpos negros, ele critica também como esse sofrimento é explorado, consumido e normalizado pela sociedade. Quando o artista afirma "*A dor profunda é que todo mundo é meu tema*", é viável assimilar que a experiência negra, sobretudo a dor dessas pessoas, é tratada como espetáculo público, como matéria-prima para discursos, reportagens e narrativas que circulam sem transformar a realidade. A expressão "*paisinho de bosta, a mídia gosta*" enaltece como a violência contra corpos negros é convertida em entretenimento ou em estatística, reforçando estereótipos e desumanizando ainda mais essas vidas.

A metáfora da "*fratura exposta*" pode sintetizar a condição da população negra no Brasil, que convive historicamente com feridas abertas nunca



tratadas, seja pela ausência de políticas públicas efetivas, pela negligência estrutural nos serviços de cuidado ou pela naturalização social de sua dor como parte do “funcionamento” do país. As imagens de ser *“apunhalado pelas costas”* e *“esquartejado pelo imposto imposto”* evidenciam não apenas a violência física direta, mas também a violência burocrática, econômica e institucional que estrutura o cotidiano das pessoas negras. Trata-se do mito da igualdade racial operando como tecnologia de apagamento, enquanto formas sutis e abertas de opressão minam continuamente o acesso dessa população à saúde, renda, estabilidade e dignidade, aprofundando desigualdades e impedindo a plena realização de seus direitos.

Entretanto, ao direcionar o olhar para a figura feminina, torna-se evidente que esse sofrimento não se distribui de maneira uniforme. A experiência das mulheres negras, atravessada simultaneamente por racismo e sexismo, produz formas específicas de sofrimento que não podem ser compreendidas apenas a partir de uma análise geral da população negra.

Essa desigualdade torna-se ainda mais evidente quando observamos dados concretos sobre as condições de vida dessas mulheres. No Brasil, famílias chefiadas por mulheres pretas ou pardas, sem cônjuge e com filhos, encontram-se entre os grupos com piores condições de moradia (28,5%) e menor acesso à proteção social (46,1%), evidenciando que essas mulheres ocupam a base da pirâmide social. Esses dados revelam, portanto, os efeitos concretos das opressões interseccionais, nas quais raça, gênero e classe operam conjuntamente na produção de desigualdades estruturais (Brasil, 2020).

Nesse sentido, a leitura proposta por Emicida não apenas denuncia simbolicamente essas violências, mas dialoga diretamente com a realidade social vivenciada por mulheres negras, cuja existência é marcada por processos contínuos de precarização, invisibilização e negação de direitos.



*"Primeiro cê sequestra eles, rouba eles, mente sobre eles
Nega o Deus deles, ofende, separa eles"*

Em um resgate histórico das violências que desde o século XV atravessam os corpos negros, Emicida demonstra apresentar os instrumentos coloniais que estruturaram as violências sobre os corpos negros, determinando quem pode viver de forma plena e quem é condenado à sobrevivência. Ao apresentar o plano colonial, o artista expressa: *"Primeiro cê sequestra eles"*, convidando os ouvintes a resgatar as memórias do sequestro e tráfico transatlântico de pessoas negras, crime esse que estruturou a sociedade brasileira e que arrancou milhões de pessoas de seus territórios e comunidades, na tentativa de tirar os seus modos de vida e escravizá-las. Diante disso, compreende-se que não foi apenas a captura física, todavia, foi o rompimento radical de mundos, laços e histórias.

"Rouba eles, mente sobre eles", esse trecho pode evidenciar dimensões essenciais do colonialismo que provocam reverberações sobre a saúde dessas pessoas. Ao apropriar-se do corpo para explorá-lo como força de trabalho, bem como apodera-se da narrativa construída acerca da história, produzindo mentiras sobre superioridade racial, "civilização" e humanidade seletiva, os colonos produziram narrativas estruturantes que criaram as bases para séculos de desumanização institucionalizada, que ainda se perpetua nas políticas públicas que falham, nos diagnósticos atrasados e nas mortes evitáveis.

"Nega o deus deles, ofende, separa eles" remete à violência epistêmica, na medida em que deslegitima os saberes, as crenças e as formas de existência produzidas pelas populações negras. Ademais, a compreensão da violência epistêmica no âmbito religioso pode ser aprofundada a partir do conceito de epistemicídio, conforme formulado por Sueli Carneiro (2018). Por ser estrutural, o racismo manifesta-se em todos os campos sociais, inclusive na produção de conhecimento, operando por meio do silenciamento, da



deslegitimação e do cerceamento de saberes produzidos por populações negras. Nesse sentido, o epistemicídio configura-se como um dos instrumentos mais eficazes e duradouros de dominação étnico-racial, ao negar não apenas a validade dos conhecimentos desses grupos, mas também sua condição de sujeitos produtores de saber. Suas raízes estão profundamente associadas ao colonialismo e à escravidão, processos históricos que instituíram hierarquias raciais e epistêmicas responsáveis por excluir sistematicamente a população negra dos espaços de reconhecimento e legitimação do conhecimento.

No campo religioso, esse processo assume contornos específicos, manifestando-se por meio do racismo religioso e da intolerância religiosa dirigidos às religiões de matriz africana. Trata-se de uma dinâmica que ultrapassa o mero conflito entre crenças, revelando uma hierarquização colonial dos sistemas religiosos, na qual práticas e cosmologias negras são historicamente inferiorizadas, criminalizadas e associadas à negatividade. Assim, a negação do “Deus deles”, como expressa na canção, não representa apenas uma violência simbólica, mas constitui uma forma de epistemicídio religioso, ao deslegitimar modos de existência, espiritualidade e produção de sentido. Desse modo, a violência epistêmica no âmbito religioso articula-se diretamente com o racismo estrutural e religioso, evidenciando que a intolerância religiosa, no contexto brasileiro, é indissociável das dinâmicas de poder que sustentam a colonialidade do saber e do ser.

Por outro lado, a colonização não apenas proibiu religiões de matriz africana, mas as criminalizou, demonizou e tratou como inimigas do projeto civilizatório ocidental. Esse processo arrancou referências espirituais, destruiu vínculos comunitários e produziu um abismo psicológico que atravessa gerações. Produziu, ainda, múltiplas formas de ruptura: separou famílias no porão dos navios, fragmentou identidades e deslocou corpos de suas ancestralidades. Essas dinâmicas não se restringem ao passado, mas se



atualizam no presente, podendo ser compreendidas à luz da noção de necropolítica, proposta por Achille Mbembe (2018), que descreve a forma como o Estado e outras estruturas de poder passam a gerir a vida e a morte, definindo quais corpos são dignos de proteção e quais podem ser expostos à violência, ao abandono e à morte. Nesse sentido, a continuidade dessas rupturas manifesta-se nos territórios onde a polícia entra, mas o Estado não cuida; nos serviços de saúde onde mulheres negras são desacreditadas; nas estatísticas que evidenciam que vidas negras seguem sendo sistematicamente expostas à morte, assim como no racismo religioso que ainda é perpetuado nos dias atuais através do silenciamento das religiões de matriz africana. Diante de todas as reverberações aos corpos negros, compreende-se que há uma ausência do Estado frente a essas necessidades, trazendo o entendimento que a necropolítica se perpetua a partir da omissão.

Embora este estudo evidencie os múltiplos fatores que corroboram para o adoecimento da população negra, é fundamental reconhecer que esses corpos também produzem saúde em seus territórios e cotidianos. As práticas de cuidado, as redes de solidariedade comunitária, os saberes ancestrais e as estratégias de resistência constituem formas de enfrentamento que tensionam a lógica da vulnerabilização. Assim, a saúde não se reduz à ausência de doença, mas se configura como produção ativa de vida, mesmo em contextos marcados por desigualdades estruturais.

Nessa perspectiva, a noção de necropolítica, conforme proposta por Achille Mbembe (2018), permite compreender que o Estado não apenas falha em garantir a vida da população negra, mas atua ativamente na produção de condições de morte, definindo quais corpos são passíveis de proteção e quais são continuamente expostos à violência. Essa gestão diferencial da vida e da



morte produz efeitos que ultrapassam a dimensão física, incidindo diretamente sobre a saúde mental da população negra. A exposição constante à violência, ao risco de morte e à instabilidade social gera um estado permanente de alerta, medo e insegurança, configurando o racismo como um estressor crônico. Nesse contexto, o sofrimento psíquico não se apresenta como experiência individual isolada, mas como produto social, resultado de uma estrutura que normaliza a precarização da vida negra e impõe o luto, a perda e a ameaça como elementos cotidianos.

*"Quando Ismália enlouqueceu
Pôs-se na torre a sonhar
Viu uma lua no céu
Viu outra lua no mar
No sonho em que se perdeu
Banhrou-se toda em luar
Queria subir ao céu
Queria descer ao mar
E num desvario seu
Na torre, pôs-se a cantar
Estava perto do céu
Estava longe do mar
E, como um anjo
Pendeu as asas para voar
Queria a lua do céu
Queria a lua do mar
As asas que Deus lhe deu
Ruflaram de par em par
Sua alma subiu ao céu
Seu corpo desceu ao mar"*

Por fim, a reinterpretação do poema Ismália, de Alphonsus de Guimaraens, quando atravessada pela crítica racial proposta por Emicida, revela como a narrativa de devaneio e transcendência pode ser reinterpretada como metáfora das ilusões de liberdade impostas às pessoas negras em uma sociedade que limita seus voos desde a origem. No poema original, Thomazini e Dantas (2017, p.4) compreendem que Ismália enlouqueceu ao tentar conciliar a "relação íntima entre paixão e loucura", metáfora tradicionalmente



interpretada como conflito interno, ânsia espiritual ou desejo impossível. No entanto, quando deslocada para a experiência negra, essa tensão adquire outra densidade: o céu e o mar deixam de ser imagens abstratas e passam a simbolizar os horizontes historicamente negados a quem tenta existir plenamente em um país colonial.

A torre, espaço de isolamento e contemplação no poema, torna-se, na leitura racializada, o lugar onde pessoas negras são constantemente posicionadas: distantes do centro, confinadas à observação, impedidas de tocar aquilo que desejam. O sonho que *"banhou-se todo em luar"* é o sonho de dignidade, cidadania e humanidade, um sonho que, embora luminoso, é sempre dificultado por estruturas que transformam qualquer tentativa de ascensão em risco. Quando o poema também trazido na música diz que Ismália estava *"perto do céu"* mas *"longe do mar"*, reforça a sensação de que a liberdade é sempre uma promessa próxima e, ao mesmo tempo, inalcançável para corpos racializados.

Assim, a releitura de Ismália proposta por Emicida permite compreender que o adoecimento da população negra não se configura como uma experiência homogênea, mas como um fenômeno atravessado por múltiplas determinações sociais. Em nível estrutural, a obra denuncia as condições históricas que produzem sofrimento coletivo, evidenciando como o racismo organiza desigualdades persistentes que impactam diretamente a saúde dessa população. Entretanto, ao incorporar uma leitura interseccional, torna-se possível identificar que tais processos incidem de forma diferenciada sobre as mulheres negras, que ocupam uma posição de maior vulnerabilidade social, estando mais expostas a dinâmicas de desumanização, violência e sofrimento psíquico. Dessa forma, a canção não apenas denuncia desigualdades, mas explicita como estas se organizam de maneira desigual no interior da própria população negra, reforçando a necessidade de análises que considerem a



articulação entre raça, gênero e classe na compreensão dos processos de adoecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste artigo permite compreender que a saúde da população negra, especialmente a das mulheres negras, não pode ser apreendida fora da lógica colonial que estrutura o Brasil. As discussões sobre colonialidade, interseccionalidade e racismo institucional revelam que o adoecimento desses corpos não é fruto de escolhas individuais, mas resultado direto de processos históricos que produzem desigualdades persistentes. Assim, torna-se evidente que a saúde é atravessada por violências políticas, simbólicas e materiais que moldam, limitam e frequentemente interrompem projetos de vida.

Ao aproximar teoria social crítica e produção cultural, a leitura interseccional de “Ismália”, de Emicida, demonstra a potência das linguagens artísticas como dispositivos de denúncia, interpretação e reexistência. A música “Ismália” de Emicida se apresenta, portanto, como uma ferramenta potente de análise que possibilita refletir sobre a população negra e as suas vivências dolorosas evidenciada na música. Emicida, ao reinterpretar o poema simbolista, expõe os mecanismos que adoecem corpos negros e expõe, ao mesmo tempo, a urgência de reconhecer tais violências como determinações centrais do processo saúde-doença.

Nesse sentido, a análise interseccional e crítica da canção possibilita compreender a saúde da população negra exige romper com perspectivas biomédicas restritas, incorporando categorias como raça, gênero, classe e território como elementos estruturantes das condições de vida. A interseccionalidade, enquanto ferramenta teórico-política, mostra-se indispensável para iluminar as camadas de opressão que recaem sobre a



população negra, sobretudo das mulheres negras, historicamente posicionadas na base da pirâmide social. Ao dialogar com autoras como Maria Lugones, Carla Akotirene, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, evidencia-se que a luta pela saúde dessas mulheres é também uma luta pelo reconhecimento de suas epistemologias, de suas experiências e de seus modos de produzir cuidado.

Por fim, este manuscrito reafirma que a denúncia realizada por Emicida em “Ismália” não é apenas estética, mas profundamente política ao apontar que a superação das desigualdades em saúde requer uma ruptura radical com as bases coloniais que organizam a sociedade brasileira. Assim, refletir sobre saúde a partir da arte, da teoria crítica e das experiências negras é um passo fundamental para construir projetos de vida dignos, sustentados em justiça social, equidade e reparação histórica. Nesse movimento, compreender Ismália como população negra é compreender o Brasil e, sobretudo, é reconhecer que a luta pela saúde da população negra é, antes de tudo, uma luta pela humanidade.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Saúde da população negra*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016. Brasília, DF: MS, 2018.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *Escritos de uma vida*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CARNEIRO, Sueli. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. In: HOLLANDA, Heloísa



Buarque (org). *Pensamento feminista - conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 325-333.

BRASIL, voltada para profissionais de saúde: Mulheres negras, acesso à saúde e racismo. São Paulo: [S. n.], 2020.

CARVALHO, Guilherme Paiva. O feminismo decolonial de María Lugones: colonialidade, gênero e interseccionalidade. *Tomo: Revista de Sociologia da UFS*, 2022.

CAZEIRO, Felipe; LEITE, Jäder Ferreira; COSTA, Andrei Junior da. Por uma decolonização do HIV e interseccionalização das respostas à aids. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 33, e33024, 2023.

FEITOSA, Marcela de Oliveira et al. Acesso a serviços de saúde e assistência oferecidos às comunidades afrodescendentes no Norte do Brasil: um estudo qualitativo. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, [S.l.], v. 18, n. 2, p. 368, 2021.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 91. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

GÓES, Emanuelle Freitas et al. Vulnerabilidade racial e barreiras individuais de mulheres em busca do primeiro atendimento pós-aborto. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, supl. 1, 2020.

GÓES, Emanuelle Freitas. Mulheres negras e brancas e o acesso aos serviços preventivos de saúde: uma análise sobre as desigualdades. 2011. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

ISMÁLIA. In: EMICIDA. *AmarElo*. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019. Faixa musical.

LEITE VIANA, Wagner et al. Diásporas, artes e conhecimentos: formação de docência em educação escolar quilombola para professoras/es-artistas. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 19, n. 47, p. 313–343, 2025.



LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73–102, jul./dez. 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre a colonialidade do ser: contribuições para o desenvolvimento de um conceito. *Estudos Culturais*, v. 21, n. 2–3, p. 240–270, 2007.

MARTINS, Jackeline Ribeiro; SANTOS, Mara Aline de Campos dos. A depressão nas mulheres negras brasileiras: um estudo acerca do racismo estrutural e seu impacto psíquico. *ACiS – Atas de Ciências da Saúde*, v. 11, n. 1, 2023.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

OLIVEIRA, Beatriz Muccini Costa; KUBIAK, Fabiana. Racismo institucional e a saúde da mulher negra: uma análise da produção científica brasileira. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 122, p. 939–948, 2019.

OLIVEIRA, Fátima; TRAESEL, Elisete Soares; LIMA, Maria Luiza de. Desigualdades raciais e de gênero em saúde no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 53, p. 1-10, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227–278.

SILVA, Amanda Dantas et al. Disparidades raciais e mortalidade materna no Brasil: resultados de uma base de dados nacional. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 58, p. 25, 2024.

SILVA, Maria Lúcia da; FERREIRA, Juliana; SOUZA, Kátia. Racismo e sofrimento psíquico em mulheres negras: uma análise interseccional. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, p. 1731-1740, 2020.

SOUZA, Karen dos Santos; OLIVEIRA, Ana Carolina da Nóbrega; BRAGA, Danielle Oliveira. Cuidado em saúde e mulheres negras: notas sobre colonialidade, re-existência e conquistas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, n. 8, p. 2249–2258, 2023.

THOMAZINI, Beatriz Xavier; SOUZA, Marquessuel Dantas de. Ismália (durante a travessia). *Revista Pandora Brasil*, 23 out. 2017.



WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535–549, 2016.

Recebido em: 18/12/2025

Aprovado em: 14/04/2026